

O Método Paulo Freire: Conscientização e Organização Política nos anos de 1960

Nathalia Rodrigues Faria de Lima

FEUC – Fundação Educacional Unificada Campograndense
FACHA – Faculdades Integradas Hélio Alonso

Resumo: O Método Paulo Freire, surgido nos anos de 1960 no nordeste brasileiro, baseava-se no diálogo entre educadores e educandos, de forma ativa, crítica e criticizante. Mais que aprender a ler as palavras, o método deveria ensinar a “ler o mundo e o seu contexto” o que possibilitaria a discussão de sua realidade e de sua inserção na sociedade brasileira. A questão principal seria a de estimular a reflexão crítica, a não aceitação passiva de interpretações dadas por outrem, possibilitando a redefinição de seu papel na sociedade. Dessa forma, se faz necessária à análise do método, considerando suas características de organização política com caráter revolucionário popular, tendo em vista a importância dada à conscientização das massas, desempenhando essa, o papel precípua para a organização política.

Palavras-Chaves: Método Paulo Freire; Anos 60; Conscientização.

1- PAULO FREIRE: A CONSCIENTIZAÇÃO CRÍTICA

O Método Paulo Freire, como ficou conhecido, foi formulado a partir das experiências do educador pernambucano Paulo Reglus Neves Freire (1921-1992). Formado em direito (1946), Freire desistiu da carreira após o seu primeiro cliente¹, a partir de então, passou a dedicar-se em profundidade à educação. Nos anos de 1950/60, a sua prática como professor de alunos/trabalhadores no SESI, instituição onde atuou por 10 anos (de 1947 a 1957), somada ao contexto sociopolítico em que o Brasil, em especial, o nordeste se inseria, o levaram a reflexão acerca da alfabetização de jovens e adultos, retratada, especialmente, no livro “Educação e Atualidade Brasileira”.

¹ Em 1946 diplomou-se na Faculdade de Direito de Recife. Segundo Lutgardes Freire, Paulo foi contratado por um credor para cobrar algumas dívidas. Seu primeiro caso teria sido um dentista em Recife, que ao montar o seu consultório, acabou se endividando. Sentindo-se desconfortável com a situação dissera ao dentista que ficasse tranquilo por mais algumas semanas, até que o credor conseguisse um novo advogado, pois daquele dia em diante, ele não atuaria mais com o direito. (FREIRE, Lutgardes Costa. “Paulo Freire por seu filho”. In SOUZA, 2001, p.331-332)

Segundo Freire (2003), a histórica “inexperiência democrática do Brasil” se contrapõe àqueles anos, marcados pela “emersão do povo na vida pública nacional”. Inexperiência democrática que teria se constituído a partir de nossa colonização “patriarcalista” e “assistencializadora”, enquanto que o principiar da emersão do povo na vida pública teria sido provocado pela industrialização recente que experimentava o país.

Inexperiência, que, para Freire, impunha aos brasileiros um comportamento acríptico, “ingênuo” e “passivo”, que constituiu o povo brasileiro no máximo de passividade diante dos acontecimentos que o envolve: a “assistencialização”. A assistencialização, o antidiálogo e o mutismo teriam formado complexos culturais e mentais intensamente antidemocráticos, visto que não há democracia sem a participação efetiva do povo.

Essa sociedade vertical e paternalista em que nasceu o Brasil, impediu o costume ao diálogo, já que “a dialogação implica uma mentalidade que não floresce em áreas fechadas, autarcizadas” (FREIRE, 2003, p.64). A falta de protagonismo do povo no cenário político e social, a ausência de pertencimento e responsabilidade por ele, gerou o “mutismo brasileiro”, ou seja, uma posição de “espectador do processo histórico nacional”. Para Freire, a democracia não foi uma constante nos primórdios do Brasil, tampouco ela esteve presente ao longo de sua história. Para ele, a ausência de povo compõe a “inexperiência democrática”, que por seu lado, é um dos fatores de crise da sociedade brasileira.

Para o educador, entretanto, a inexperiência democrática teria sido abalada pelas “novas condições faseológicas brasileiras, inauguradas com os primeiros surtos de industrialização do país e que [vinham] implicando à substituição de nossas estruturas coloniais” (FREIRE, 2003, p.78). A viabilização à democracia estaria então, relacionada às diretrizes econômicas e políticas do país, por isso, os anos pós 1930, se constituíam como período fundamental, pela emergência de polos industriais e pela influência do nacional-desenvolvimentismo entre intelectuais e políticos no Brasil.

A promoção da industrialização no Brasil reorganizaria a estrutura societária. Segundo Freire, ela seria responsável pela transformação de homens “espectadores”, “incomprometidos” em homens com uma relativa participação, já que ampliaria a “permeabilidade do homem nacional nos centros de desenvolvimento industrial, (...)”

umentando-lhe a capacidade de percepção dos problemas”. (FREIRE, 2003, p.32) Dessa forma, o processo de industrialização que experimentava o país, possibilitaria a passagem de uma *consciência intransitiva* para uma *consciência transitiva ingênua*.

A intransitividade da consciência relacionar-se-ia às formas “mais vegetativas de vida”, onde as preocupações residiriam em aspectos biológicos, ou seja, apenas na auto-sobrevivência. É uma consciência que não percebe as questões e ações de homens e mulheres, tampouco os desafios da sociedade, pois lhes falta historicidade. “É a consciência dos homens de zonas pouco ou nada desenvolvidas do país. São uns ‘demitidos da vida’, ou talvez mais precisamente, uns inadmitidos à vida” (Idem, *ibidem*). Em contraposição, a consciência transitiva ingênua, a que o desenvolvimento incitava, seria marcada por preocupações acima dos interesses vegetativos. É transitiva porque tem historicidade, porque o/a homem/mulher alarga os seus horizontes. Entretanto, ela é inicialmente, preponderantemente ingênua, pela simplicidade na interpretação dos problemas. “Pela transferência da responsabilidade e da autoridade (...). Por uma forte inclinação ao ‘gregarismo’, característico da massificação. (...) Pela tendência ao conformismo” (FREIRE, 2003, p.34). Para Freire (2003, p. 37), a passagem da consciência intransitiva para a transitiva-ingênua dar-se-ia automaticamente, em consonância à promoção do desenvolvimento econômico da sociedade.

Na medida, realmente, em que se intensifica o processo de urbanização e o homem vem sendo lançado em formas de vida mais complexas e entrando assim num circuito maior de relações e passando a receber maior número de sugestões de sua circunstância, vem se verificando nele transitação de sua consciência.

A consciência transitiva ingênua iniciaria a dialogação entre homens/mulheres e comunidade, porém, “guarda um perigo ao desenvolvimento e à preservação da democracia”, já que nesse momento do desenvolvimento urbano intensificam-se as formas de alienação, como a propaganda. (FREIRE, 2003, pp.35-36)

Expliquemo-nos: é que, se, de um lado, a industrialização vem retirando o homem nacional de sua tradicional posição quietista ou de seu também tradicional mutismo, jogando-o nas aglomerações urbanas, à luta por suas reivindicações, promovendo-lhe a consciência intransitiva à transitiva ingênua com que, mais permeável ganha voz, que antes não tinha, de outro a industrialização vem intensificando formas assistencializadoras de ação, (...) e que, ‘domesticando’ o homem, lhe dificultam a promoção da consciência ingênua à crítica, somente com a qual chegaremos à

democracia como forma de vida, permeável e flexível, sobre que se fundará a democracia, forma de governo. (FREIRE, 2003, p.82)

E se, a passagem da consciência intransitiva para a consciência transitiva ingênua dar-se-ia de forma automática, o mesmo não ocorreria para evolução à *consciência transitiva crítica*. Ela só poderia se concretizar a partir de um trabalho de educação com esse propósito. Reside aí o outro aspecto essencial no pensamento de Freire: o papel da educação na sociedade de trânsito².

Sua percepção da sociedade brasileira daquele período como em trânsito, o levava a crer na tarefa fundamental da educação. Segundo ele, seria a partir da educação que homens e mulheres conseguiriam compreender claramente os aspectos de uma sociedade fechada e uma sociedade aberta, e sendo a sociedade de trânsito um elo entre ambas, e como tal mantenedora de aspectos da sociedade anterior e também da que se anunciava, caberia à educação fornecer os subsídios para a distinção de uma e outra. “O grande problema de nossa educação atual (...) é o de sua inadequacidade com o clima cultural que vem se alongando e tende a se alongar por todo o país. É uma educação em grande parte, ou quase toda, fora do tempo e superposta aos espaços culturais do país.” (FREIRE, 2003, p.79). A crítica de Freire está na maneira a-histórica com a qual se educava, na ausência de reflexão entre os educadores sobre a “domesticação” do homem imposta pela produção especializada, pela inexperience democrática.

Além disso, entraves nas escolas dificultavam ainda mais uma educação direcionada para a democracia: “professores mal preparados, (...) escola perdida, toda ela, ou quase toda, no nervosismo imposto pelo cumprimento dos programas (...) ‘verbalizados’ (...) sem equipamentos, sem adequado material didático, sem condições higiênicas, sem vitalidade, sem verba.” (FREIRE, 2003, pp.87-88) Para ele, a educação deveria caracterizar-se como um **ato político**³, e para tanto, seria necessário uma revisão

² Freire diferencia a sociedade fechada, sociedade aberta e sociedade de trânsito. A primeira seria uma sociedade “com o centro de decisão de sua economia fora dela. Economia, por isso mesmo, comandada por um mercado externo. Exportadora de matérias-primas. Crescendo para fora. (...) Reflexa na sua economia. Reflexa na sua cultura. Por isso alienada. Objeto e não sujeito de si mesma. Sem povo. Antidialógico, dificultando a mobilidade social vertical ascendente (...). Com alarmantes índices de analfabetismo (...). Atrasada. Comandada por uma elite superposta a seu mundo, ao invés de com ele integrada.” Com os debates sobre democracia, participação popular, liberdade, propriedade, autoridade, educação e outros, a sociedade começava a “rachar-se”, caminhando na direção de uma sociedade aberta, oposta à realidade anterior. (FREIRE, Paulo. 2005. pp55-57)

³ Nas palavras de Freire: “É interessante observar isso para que os prováveis leitores (...) saibam que, se para eles, hoje, é absolutamente óbvio que a educação tem uma natureza política, essa obviedade não era

de toda ação educativa – assistencialista e antidemocrático – e um novo planejamento que envolvesse novos atores sociais nesse processo.

Tal revisão no agir educativo implicaria um enraizamento na realidade local, regional e nacional dos educadores e dos educandos, pois “somente uma escola centrada democraticamente no seu educando e na sua comunidade local, vivendo as suas circunstâncias, integrada com seus problemas, levará os seus estudantes a uma nova postura diante dos problemas de contexto” (FREIRE, 2003, p.85). Revisão que deveria ainda, encaminhar para uma consciência coletiva, e não na ênfase exclusiva do indivíduo, para a criação do homem “solidarista”; à perspectiva da pesquisa, e não da “perigosa e enfadonha repetição de trechos e de afirmações desconectadas das suas condições mesmas de vida.” Dessa forma, a escola seria, efetivamente, plural e reflexiva, criando condições para a democracia.

No que diz respeito especificamente ao analfabetismo, para o autor é claro que a sua erradicação criaria mão de obra mais qualificada, o que para uma sociedade em desenvolvimento é vital. Entretanto a alfabetização, por si só, não bastaria para o desenvolvimento, tão pouco para a inserção do alfabetizado na vida pública. A questão principal estaria na “erradicação da inexperiência democrática”.

Para nós, importa perceber que a preocupação de Freire não é com a educação deslocada do contexto social do estado e do país, em uma alfabetização percebida como ato automático da junção de letras, mas sim, no processo educativo que proporcionaria para além de conhecimentos técnicos linguísticos da alfabetização, um conhecimento acerca da realidade de sua comunidade/estado/país, percepção da cultura e do seu papel enquanto sujeito, protagonista, da história e não espectador, objeto dela. Por isso, da sua atuação com um método de alfabetização diferenciado dos métodos que eram empregados anteriormente, alienados em seu conteúdo e alienantes em sua crítica.

2- O MÉTODO PAULO FREIRE

O panorama educacional do Brasil, em 1961, era alarmante: dos 70.779.352 de habitantes, 39,5% eram analfabetos, “distribuídos nas faixas de 15 a 69 anos”. (BOMENY, 2008). Somente a partir desse período que há no Brasil, um aumento significativo do número de alfabetizados. De acordo com Wagner Teixeira, essa

tão óbvia na minha geração.” (SOUZA, 2001, p.36)

mudança foi resultado de ao menos duas ações de iniciativa estatal. “Por um lado, o aumento dos investimentos na educação básica (...). Por outro, a primeira grande campanha oficial de alfabetização de adultos, responsável pela diminuição do número de analfabetos entre as pessoas com mais de 15 anos.” (TEIXEIRA, 2008, p.34)

Para responder ao déficit educacional do país entre 1947 e final dos anos de 1950, o governo federal investiu em campanhas de alfabetização de jovens e adultos, visando, em especial, a população mais pobre que não havia tido acesso aos bancos escolares em “idade apropriada”. Foram elas, principalmente: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA). Todas seguindo as orientações do Método Laubach.

O missionário, estadunidense, Frank Charles Laubach (1884-1970) criou um método de alfabetização de adultos inicialmente para ser empregado nas Filipinas, em 1915, sendo posteriormente estendido para vários países da América, inclusive o Brasil, onde esteve em meados dos anos de 1940, desenvolvendo palestras em Recife e divulgando seu método. A proposta do Método Laubach era baseada essencialmente, na divisão silábica, na oralidade e nas imagens correspondentes. A partir da imagem de uma determinada figurava, demonstrava-se a divisão de suas sílabas, reforçando em cada uma delas o seu “som”, para a formação de novas palavras e pequenas frases. O ensino, teoricamente, neutro, não se apropriava da realidade do educando, não se relacionava ao contexto familiar, social, econômico e/ou político de cada um, seu objetivo era estritamente, incutir habilidades de leitura e escrita.

Dentre as características do método Laubach, destacamos: (BEISIEGE, 1974, p.90)

1-Ensina o estudante a pronunciar as sílabas e as letras de maneira rápida, fácil, e tão agradável quanto seja possível, após o que ele poderá pronunciar todas as palavras do seu próprio idioma.

2-Como auxiliar para a memória se empregam três ou quatro palavras-chaves, as quais contem as consoantes empregadas na linguagem, seguidas por uma vogal. Cada sílaba aparece cinco vezes em palavras ou frases curtas, de maneira que possa ser reconhecida cada vez que apareça.

3-Depois que os alunos tiverem aprendido os primeiros diagramas, introduz-se uma canção bem conhecida.

(...)

11- Gravam-se discos com canções, contos populares etc. Isto ajuda o alfabetizado a apreciar sua própria literatura.

Além da metodologia exposta, cabe destacar a caracterização do analfabeto como marginal, como pessoas incapazes ou menos capazes que os alfabetizados, e o analfabetismo como a causa da situação de atraso econômico, social e cultural do país. De acordo com o organizador e primeiro coordenador da CEEA, Lourenço Filho, a alfabetização era necessária “antes de tudo, para que esse marginalismo desapareça, e o país possa ser mais coeso e mais solidário; devemos educá-los para que cada homem ou mulher melhor possa ajustar-se à vida social e às preocupações de bem-estar e progresso nacional”, ou seja a alfabetização de jovens e adultos ofereceria uma “oportunidade aos analfabetos para saírem do marginalismo, seria também um meio de livrar os alfabetizados de terem que suportar esses ‘párias dependentes’.”(PAIVA, 1973, p.179)

A partir de meado dos anos de 1950 todas as campanhas lançadas pelo governo entram em declínio, “objeta-se (...) a sua falta de adequação às novas condições criadas pela política ‘desenvolvimentista’,” (PAIVA, 1973, p.178) além dos problemas estruturais que a mesma enfrentava: baixa remuneração aos professores, atraso no pagamento, inadequação do período escolar da Campanha e do material didático – “considerado pouco adequado aos adultos e às variadas regiões brasileiras” (PAIVA, 1973, p.193) – , evasão dos alfabetizandos, entre outros.

O fracasso das Campanhas do MEC, e do Método Laubach, estimulou outros grupos a se organizarem e buscarem novas soluções para o problema da alfabetização. Dessa vez, pelo viés popular, com a valorização dos conhecimentos e experiências previamente adquiridas pelo analfabeto, e com o objetivo não só da alfabetização, mas também da politização. Iniciava-se o Método Paulo Freire.

A elaboração de um novo método de educação que propiciasse a alfabetização de jovens e adultos trabalhadores de forma rápida e consciente se contrapunha aos métodos empregados anteriormente porque considerava as experiências dos educandos, e não impunha conceitos, ou metodologias prontas, alheias a eles, que eram empregadas na alfabetização de crianças.

Pensado a partir das experiências de Freire na educação, e trabalhado com ele e sua equipe no Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife (SEC), o Método Paulo Freire continha como requisito básico e obrigatório o diálogo entre educadores e educandos. Dessa forma, o ensino seria uma construção coletiva entre ambos os atores,

sem a imposição de um saber, o do educador, sobre o “nenhum saber” do educando. “Um dos pressupostos do método é a ideia de que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação, que deve ser um ato coletivo e solidário (...), não pode ser imposta. Porque educar é uma tarefa de trocas entre pessoas.” (BRANDÃO, 1981, pp.21-22)

Quanto às fases do Método, iniciar-se-ia com um “levantamento do universo vocabular dos grupos” (FREIRE, 2003:120) com o qual seriam alfabetizados, feito de forma informal com os moradores da área. A partir desse levantamento, seriam escolhidas as palavras geradoras⁴ utilizadas com cada grupo específico. Em um terceiro momento, seriam criadas situações típicas da realidade daqueles educandos, que proporcionariam o debate, “levando aos grupos a se conscientizarem para que concomitantemente se alfabetizem”(FREIRE,2005:122). Posteriormente, seriam elaboradas fichas-roteiro, fichas de cultura, para auxiliar os coordenadores no debate. Por fim, a preparação de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas, que suscitariam o debate e evidenciariam as palavras geradoras, iniciando o processo educacional.

O “Método Paulo Freire” deveria ser “ativo, dialógico, crítico e criticizador” (FREIRE, 2005, p. 115). Palavras como: casa, pobreza e trabalho possuiriam mais significância na vida daqueles alunos-trabalhadores do que “Eva viu a uva”⁵ das cartilhas empregadas anteriormente. O objetivo era re-significar a alfabetização de jovens e adultos, respeitando a sua cultura e história, trazendo para os “Círculos de Cultura”⁶ todo o universo social de “leitura de mundo” desses educandos. Um método de alfabetização sem leituras “infantilizadas” e/ou alienadas, mas construído por experiências vividas.

É importante destacar que há no Método Paulo Freire, uma intencionalidade no ato educacional, visto como um ato político, consciente e direto. Logo, a alfabetização não precederia a tomada de consciência crítica da realidade, ou vice-versa, ambas

⁴ Palavras geradoras são palavras-chaves que, decompostas silabicamente, propiciam o surgimento de novas palavras pela combinação daquelas. Assim, por exemplo, a palavra FAVELA poderia gerar: favo, fivela, luva, leva, vovó, fala, lavava, fila, etc

⁵ Freire questionava como alfabetizar com exemplos como esse, de “Eva viu a uva” a “pessoas que muitas vezes não conhecem ‘Evas’, e mais, nunca comeram uvas.” (FREIRE, 2005, p. 112).

⁶ Círculos de Cultura substituiria o conceito de “escola”, por parecer ser esse um conceito “demasiado carregado de passividade” (FREIRE, 2005, p. 111)

deveriam caminhar juntas no processo educacional, o que pode ser percebido na preocupação com a contextualização das palavras geradoras, de acordo com cada realidade escolar, e com o que se pretendia discutir com os educandos, e não mais, uma preocupação puramente fonética.

3- O MÉTODO PAULO FREIRE: CONSCIENTIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO.

O Método Paulo Freire mantinha em sua base um duplo viés: politização e educação. O que possibilitou a alfabetização de 300 trabalhadores e trabalhadoras no sertão norte rio-grandense em apenas 40 horas, que para além de terem aprendido a ler e a escrever, conheceram a Constituição do país, seus direitos, aprenderam a diferença entre “povo” e “massa”, cultura e natureza, voto consciente e “voto com nome ferrado”⁷.

O Método colocou-se como decisivo e inédito àquele momento, por entender o analfabetismo não como causa do subdesenvolvimento, e/ou do atraso do país, mas como consequência dele. Onde se fazia necessário analisar o tipo de educação que vinha sendo empregada até então, responsável por contribuir para a manutenção das estruturas redutivas do pensamento humano. Percebemos em Freire a caracterização da alfabetização não como instância final a ser atingida, mas sim, como meio, como um dos instrumentos possíveis de luta popular para a superação da “inexperiência democrática” brasileira. Com papel decisivo nesse processo de democratização, a educação possibilitaria a elevação da consciência intransitiva para a consciência transitiva-crítica dos brasileiros, onde caberia, portanto ao educador, o comprometimento com uma educação criticizante e reflexiva.

Creemos, portanto que, a práxis de Freire - com as reflexões acerca do contexto social, econômico e político do país, em paralelo com sua atuação frente à educação crítica - se colocou como um “esforço em derrubar os estereótipos e as categorias redutoras que tanto limitam o pensamento humano e a comunicação” (SAID, 2005 p.10), atuando como o intelectual referido por Said na incitação de seus educandos a

⁷ Segundo depoimento de um educando em Angicos (RN), apesar de não saberem ler e escrever, sabiam “ferrar” o nome, e assim, votavam de acordo com a indicação do patrão: “Sei ferrar o nome, eu e outros camaradas meus”, quando perguntado o que era “ferrar” respondeu: “É riscar em cima do nome da gente que o patrão escreve num papel, até cansar e o patrão dizendo: mais! mais! até a gente decorar”. Com isso, o patrão “tira o título e manda a gente votar em quem ele quiser.” (FREIRE, 2005, pp. 124-125)

participarem ativamente da política do país, como “sujeitos da história”. (FREIRE, 2005, p.51).

Dessa forma, acreditamos que o método tenha contribuído para o processo de conscientização das classes populares do país, e de superação da alienação, partindo do pressuposto de que “a vivência de uma contradição entre antigos valores assumidos e a realidade das novas relações vividas pode gerar uma inicial superação da alienação”. (IASI, 2007, pp. 28-29). E que, para, além disso, foi importante para a percepção e fortalecimento de vínculos de identidade do grupo, que era considerado anteriormente como marginal, como atores importantes na política brasileira. Consideramos assim, que educação, enquanto uma ação coletiva, tenha sido importante para a identificação de **classe** entre os educandos, de acordo com o exposto por Mauro Iasi (2007, p.29):

A ação coletiva coloca as relações vividas num novo patamar. Vislumbra-se a possibilidade de não apenas se revoltar contra as relações predeterminadas, mas de alterá-las. A ação dirige-se, então, à mobilização dos esforços do grupo no sentido da reivindicação, da exigência para que se mude a manifestação da injustiça. É a chamada consciência em si, ou consciência da reivindicação.

Creemos ainda, que a caracterização da sociedade em trânsito referida por Freire, onde o processo de desenvolvimento provocaria as brechas para a transformação da consciência, mas que essa só seria completada – para a consciência transitiva crítica – por meio de uma educação enquanto ato político, coaduna-se com o pensamento de crítica ao espontaneísmo da consciência. Assim, percebemos que, a reflexão de Freire acerca da importância da educação para esse processo, e o seu agir, por meio do Método empregado em diferentes movimentos de educação e cultura nos anos de 1960, contribuíram para a organização política dos mesmos em diferentes reivindicações e ações sociais e políticas daquele período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEISIEGEL, Celso Rui. **Estado e Educação Popular: Um estudo sobre a educação de adultos**. São Paulo, Pioneira, 1974.
- BOMENY, Helena. **O sentido político da educação de Jango**. Disponível em: www.institutojoagoulart.org.br

BOGO, Ademar (org). **Teoria da Organização Política**: escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa e Mao. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FEIRE, Paulo. **Educação e Atualidade Brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

_____. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

IASI, Mauro Luís. **Ensaio sobre a Consciência e Emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e Educação de Adultos: Contribuição à História da Educação Brasileira**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1973.

_____. **Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

SAID, Edward. **Representações do intelectual**: As Conferências de Reith 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SOUZA, Ana Inês (org.) **Paulo Freire vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

TEIXEIRA, Wagner. **Educação em Tempos de Luta: História dos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964)**. Tese de Doutorado em História Social. Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2008.

